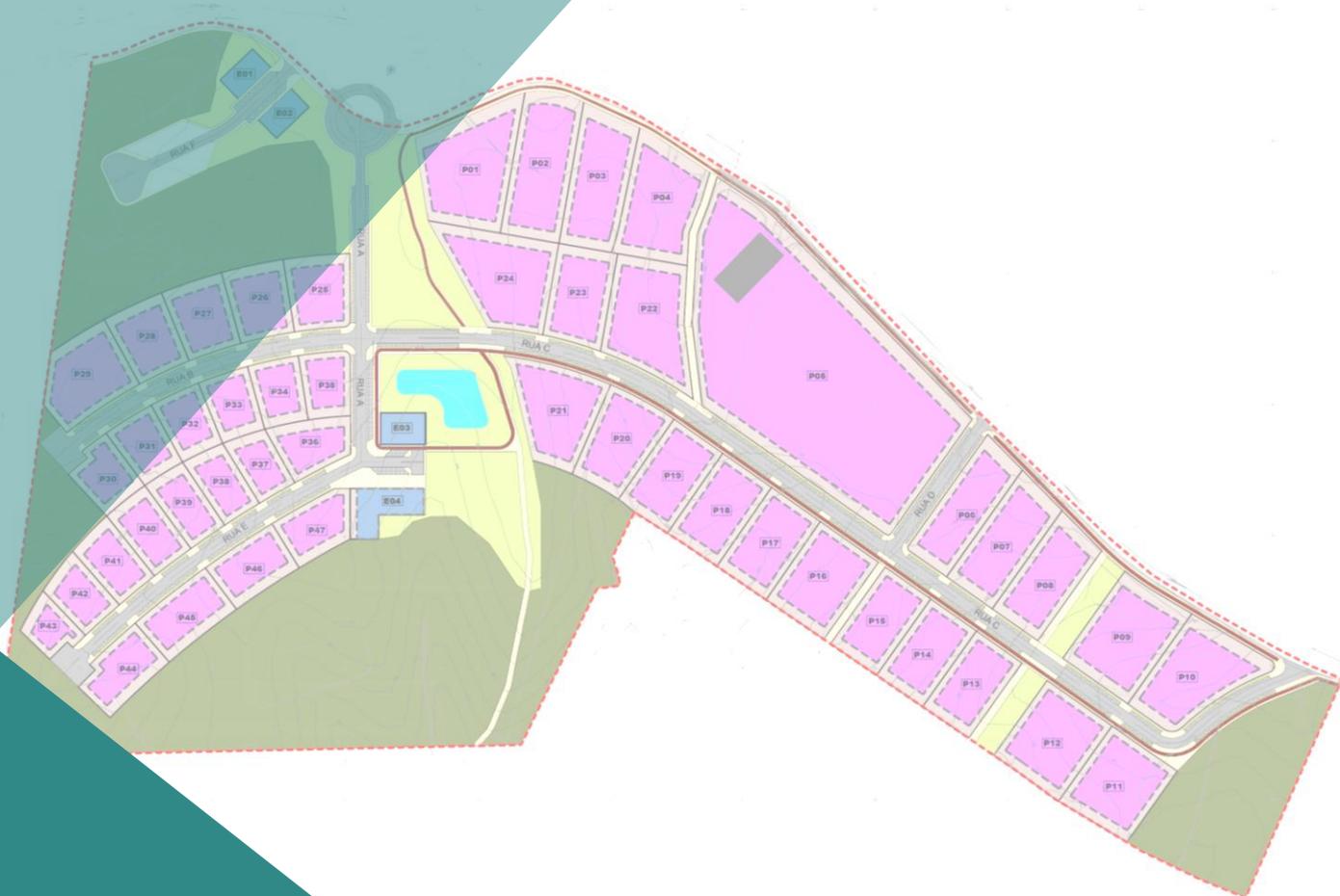


PLANO DE PORMENOR

PARQUE EMPRESARIAL DO IC 6

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO



CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA

Setembro 2024



PLANO PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DO IC6

Avaliação Ambiental Estratégica

Resumo Não Técnico

Câmara Municipal de Penacova | setembro 2024

Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.



Índice

EQUIPA TÉCNICA	4
O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?	5
O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?	5
QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?	6
QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA PROPOSTA DO PP?	10
O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?	11
QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?	11
QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?	17
QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?	19
QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?	19

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Penacova em Portugal	7
Figura 2. Enquadramento do Plano de Pormenor na Área Envolvente.....	7
Figura 3. Enquadramento da área de intervenção do Plano de Pormenor.....	8
Figura 4. Planta de Implantação do PP do Parque Empresarial do IC6.....	9

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de Referência Estratégico para AAE do PP	12
Tabela 2. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PP.	13
Tabela 3. Relação entre os FCD definidos, as questões estratégicas, os fatores ambientais e os documentos do QRE.....	14
Tabela 4 - Análise no âmbito do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	15
Tabela 5 - Análise no âmbito do FCD Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	16
Tabela 6 - Análise no âmbito do FCD Riscos Naturais e Tecnológicos	17
Tabela 7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.	18

EQUIPA TÉCNICA

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Pormenor da Alagoa encontra-se a cargo da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda., sob a coordenação da Dra. Joana Valente.

Dado o âmbito multidisciplinar do exercício de avaliação, a AAE envolveu uma equipa de técnicos especializados de modo a assegurar a elaboração dos vários domínios específicos envolvidos:

Joana Valente | Coordenação

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Poluição Atmosférica;
- Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente.

Lin Xumiao | Técnica

Formação:

- Licenciada em Engenharia do Ambiente;
- Mestre em Engenharia do Ambiente.

Carla Silva | Técnica

Formação:

- Licenciada em Planeamento Regional e Urbano

Para além dos técnicos identificados a AAE é realizada em estreita colaboração com a equipa que desenvolve as diferentes peças do Plano, recebendo por isso contributos de especialistas em diversas áreas, nomeadamente: arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros civis, engenheiros florestais, planeadores, etc.

O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?

O **Resumo Não Técnico** (RNT) é um documento que acompanha o **Relatório Ambiental** (RA) da **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE). O RNT sintetiza, em linguagem corrente, as principais informações que se encontram no RA. Isto no sentido de simplificar a **participação pública** relativamente aos planos e programas sujeitos a AAE.

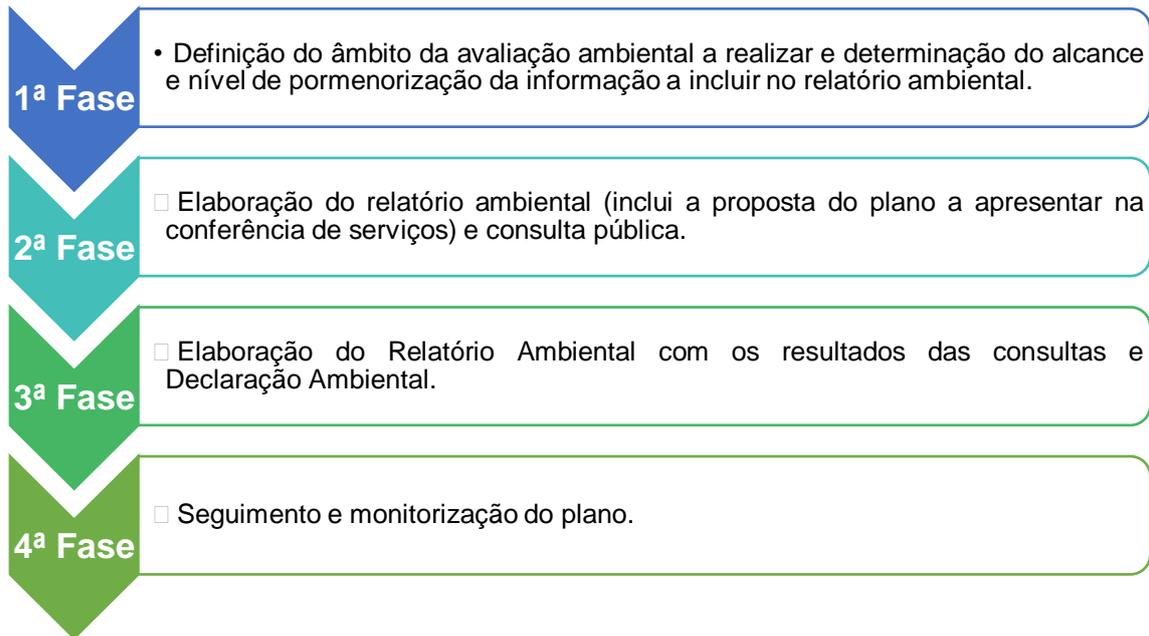
O presente documento constitui o RNT do processo de AAE da proposta do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do IC6.

O QUE É UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? E QUAL A SUA METODOLOGIA?

A AAE constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

De forma geral, a AAE tem como principais objetivos estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Uma AAE integra as seguintes fases:



O processo desta AAE, reporta-se essencialmente, à análise e diagnóstico dos eventuais efeitos significativos que a concretização Plano de Pormenor da Ampliação da Área Empresarial de Alagoa possa produzir no ambiente, através de um processo abrangido pela definição do âmbito considerando os objetivos de avaliação, seguido da identificação dos efeitos significativos no ambiente, de modo a permitir uma ponderação das várias alternativas que conduzam à tomada de decisão.

QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

A presente Avaliação Ambiental Estratégica incide sobre os propósitos do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do IC6, localizado no concelho de Penacova.

O Município de Penacova, representado na figura seguinte, faz parte da região Centro – NUTS II e da Região de Coimbra - NUTS III. Em 2015 entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal – NUTS 2013, sendo que antes desta mudança, Penacova pertencia à sub-região do Baixo Mondego.

O concelho apresenta uma área de 220 km², sendo limitado pelos municípios de Mortágua, a norte, Santa Comba Dão, a nordeste, Tábua, a este, Arganil, a sudeste, Vila Nova de Poiares, a sul, Coimbra, a oeste, e Mealhada, a noroeste.

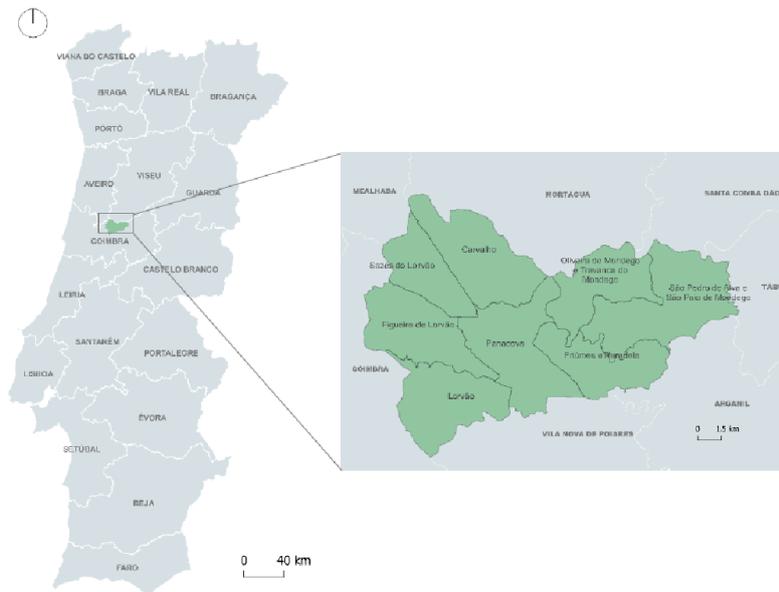


Figura 1. Localização de Penacova em Portugal

Fonte: CAOP (2019)

Segundo a Lei nº11-A/2013, de 28 de janeiro, que organiza administrativamente as freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais, o concelho de Penacova passou a ser constituído por 8 freguesias: Carvalho; Figueira de Lorvão; Lorvão; Penacova; Sazes do Lorvão; Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego; Friúmes e Paradela; São Pedro de Alva e São Paio de Mondego.

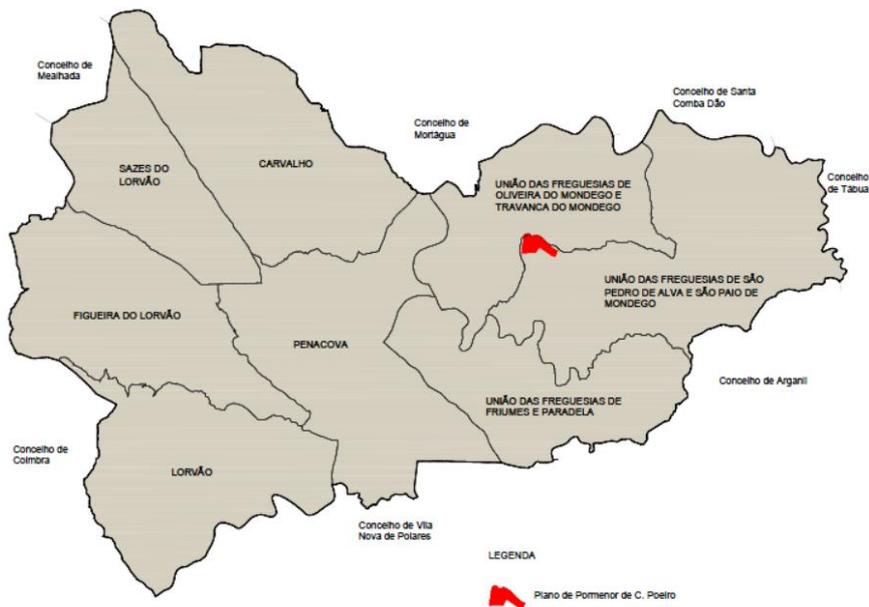


Figura 2. Enquadramento do Plano de Pormenor na Área Envolvente

Fonte: CAOP (2019)

O Plano de Pormenor possui uma área de intervenção com cerca de 35 hectares, localiza-se em Vale das Éguas na União das Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego, a nordeste de Penacova. Esta área situa-se junto das principais acessibilidades do Município que servem a região, ficando à face do IC6 e próximo do IP36, o que lhe confere fortes condições de atração e de diferenciação concorrencial.

A importância desta área, já delimitada no PDM de 2015 como Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) para Espaço de Atividades Económicas, veio a confirmar-se com a urgente necessidade de disponibilizar uma nova localização para uma empresa gravemente afetada pelos incêndios de 2017 e cuja viabilidade económica dependia da sua urgente realocação. Esta empresa, Transportes Marginal Mondego, é atualmente a maior empresa do concelho em termos de volume de negócios.



Figura 3. Enquadramento da área de intervenção do Plano de Pormenor.

A proposta de implantação final apresenta-se na figura seguinte, e traduz alguns ajustamentos que foram introduzidos ao longo do processo. Salienta-se a criação de um corredor verde a nascente com vista a permitir criar um canal de encaminhamento e escoamento das águas pluviais a sul, a previsão de uma bacia de retenção de águas pluviais que permita amortecer os caudais, assim como o redimensionamento de alguns lotes.

Os espaços florestais de valorização da paisagem promovem a articulação com os espaços florestais envolventes, contribuindo o seu coberto vegetal para a estabilização de taludes e minimização dos seus impactos visuais.

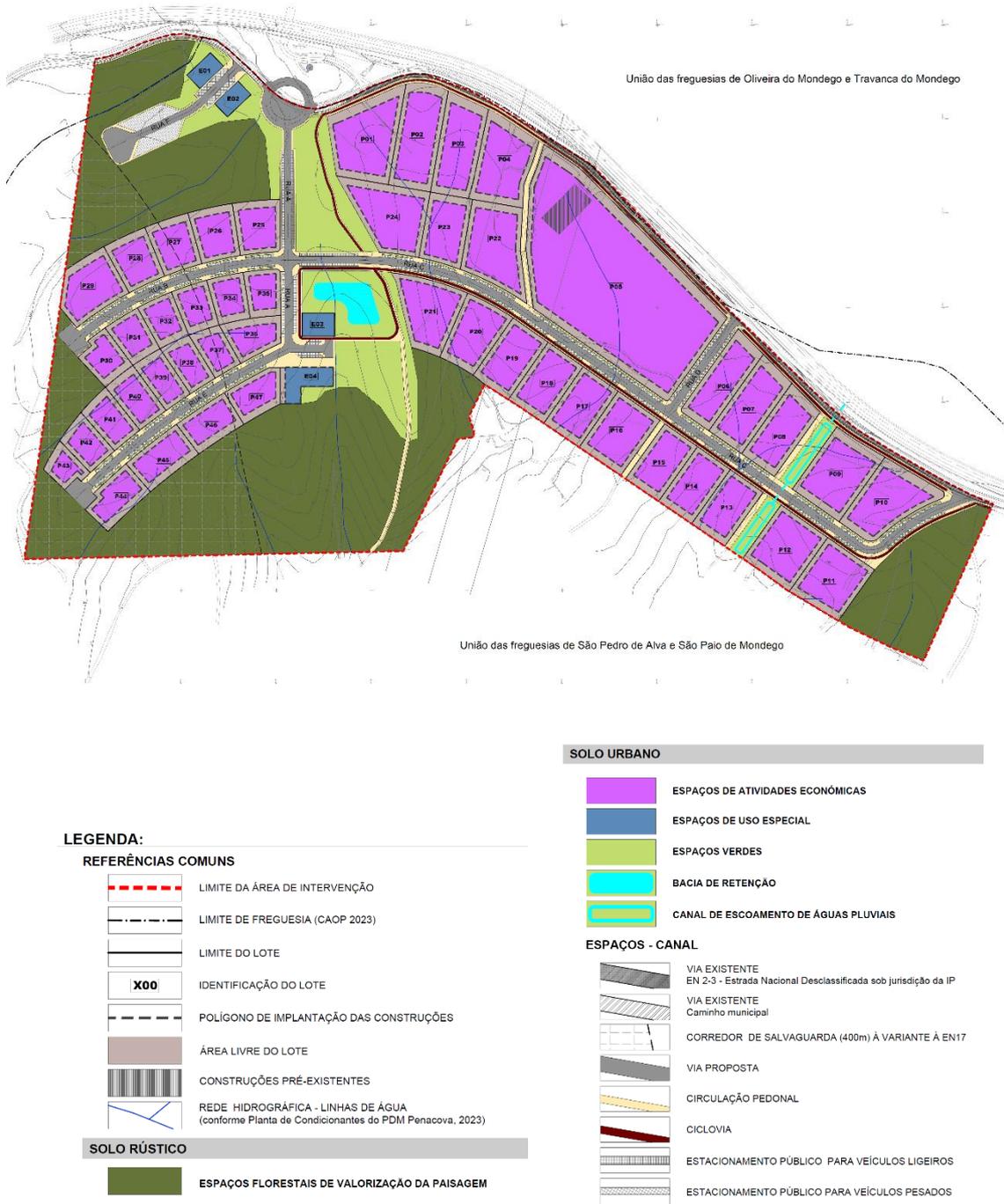


Figura 4. Planta de Implantação do PP do Parque Empresarial do IC6

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA PROPOSTA DO PP?

Constituem objetivos do Plano:

- a) Contribuir para concretizar a estratégia de ordenamento do território e política de desenvolvimento preconizada para o concelho de Penacova de crescimento e promoção da estrutura produtiva;
- b) Potenciar o progresso económico concelhio tirando vantagens da proximidade de importantes infraestruturas viárias e da mão-de-obra industrial local;
- c) Reforçar as condições de empreendedorismo bem como estimular a criação de emprego e a fixação de população jovem.
- d) Promover o ordenamento do território equilibrado privilegiando a concentração das funções industriais, de armazenagem e serviços e usos compatíveis em áreas devidamente infraestruturadas;
- e) Promover a diferenciação e diversificação do tecido empresarial do Município;
- f) Desenvolver uma área para a localização de empresas que possam beneficiar da proximidade ao IC6, contribuindo para aumentar a competitividade económica do Concelho e da Região.
- g) Criar condições atrativas para o investimento empresarial alargando a oferta municipal de terrenos infraestruturados;
- h) Constituir uma bolsa de terrenos que permita à Câmara Municipal ter capacidade negocial na atração de unidades empresariais;
- i) Alargar a oferta municipal de terrenos infraestruturados à procura de investimento industrial e de armazenagem;
- j) Criar um espaço multifuncional estruturado e atrativo, dotado de equipamentos de apoio às empresas e aos utilizadores, de acesso a serviços e tecnologias avançadas, destinado à instalação de atividades económicas diversificadas e novos investimentos, nomeadamente indústria e serviços;
- k) Qualificar urbanística e paisagisticamente os espaços industriais em condições de equilíbrio ambiental.

Os objetivos estratégicos apresentados sintetizam-se nas Questões estratégicas seguintes:

QE1 - Promover e diversificar a base produtiva do tecido industrial

QE2 - Incentivar a criação e enraizamento de empresas locais, numa lógica de desenvolvimento sustentável

QE3 - Dinamizar e criar meios de apoio e de enquadramento às estruturas empresariais em plena harmonia com os valores ambientais.

As Questões Estratégicas identificadas para no âmbito da proposta de PP integram as dimensões Ambiental, Económica e Social, consideradas as dimensões base do Desenvolvimento Sustentável.

O QUE SÃO FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO – FCD?

Os **Fatores Críticos de Decisão** (FCD) são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano.

Da análise realizada resultaram os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão. Assim, os FCD considerados são:

- **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade;**
- **Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas;**
- **Riscos Naturais e Tecnológicos.**

QUAIS SÃO AS QUESTÕES ESTRATÉGICAS, FATORES AMBIENTAIS E INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA QUE ESTÃO NA BASE DA IDENTIFICAÇÃO DOS FCD?

De acordo com a metodologia da AAE utilizada, as componentes de apoio à determinação dos FCD considerados para a avaliação do plano foram os seguintes:

1. **Questões estratégicas /Objetivos estratégicos** (QE) da proposta alteração mantêm-se como opções estratégicas referidas anteriormente.
2. **Instrumentos de referência estratégica** (estratégias, planos, políticas e programas):

Tabela 1. Quadro de Referência Estratégico para AAE do PP

Instrumentos de referência Nacional	Acrónimo
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	ENCNB2030
Plano Nacional Integrado Energia e Clima 2030	PNEC2030
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC2050
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC 2020
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	P-3AC
Nova Geração de Políticas de Habitação	NGPH
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	PNUEA
Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais	PENSAARP 2030
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030	PERSU 2030
Plano Nacional de Gestão de Resíduos	PNGR2030
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+	PETI3+
Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR2020
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Rodoviário Nacional	PRN2000
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2030	ENMAP2030
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável	ENMAC2030
Agenda 2030	Agenda2030
Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
Instrumentos de referência Regional	
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF CL
Proposta de Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro	Proposta PROT -
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis	PGRH-RH4
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga,	PGRI-RH4
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-Região de	PIAAC-CIM-RC
Instrumentos de referência Municipal	
Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Penacova	PMDFCI
Plano Municipal de Emergência e proteção Civil de Penacova	PMEPC
Plano Diretor Municipal de Penacova	PDM

3. Fatores ambientais (de acordo com o estipulado pela legislação):

Neste contexto e considerando o ajuste dos fatores ambientais do referencial legislativo à proposta de revisão do plano de pormenor em análise, tendo como referencial uma focagem estratégica, a escala de avaliação e a relevância de cada um dos fatores no contexto territorial e do IGT em estudo, resultou a seleção dos seguintes fatores ambientais.

Tabela 2. Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PP.

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º	Fatores Ambientais considerados
Biodiversidade	<input type="checkbox"/>
Fauna	√
Flora	√
Património Cultural	<input type="checkbox"/>
Atmosfera	√
Água	√
Solo	√
Fatores Climáticos	√
Paisagem	√
Bens Materiais	√
População	√
Saúde Humana	√

Nas tabelas seguintes apresentam-se o alinhamento entre os FCD definidos os FA e os documentos do **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**. Sem prejuízo da existência de demais relações, apresentaram-se aquelas com maior alinhamento.

Tabela 3. Relação entre os FCD definidos, as questões estratégicas, os fatores ambientais e os documentos do QRE.

FCD	Objetivo	QE	FA	QRE
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade.	QE1; QE2; QE3	população; solo; bens materiais; património cultural	PRR; PNPOT; PNEC; PETI3+; PRN; RNC; PDR2020; PROT-N; PROF-EDM; PDM; ENMAP2030; ENMAC.2030
Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo, e adaptação e mitigação das alterações climáticas.	QE1; QE2; QE3	biodiversidade; saúde humana; fauna, flora; solo; água; atmosfera; paisagem	ENDS; ENCNB2030; PSRN2000; ENAAC; PNA; PROF; PGRH; PGRI; PENSAARP2030; ENMAP2030; ENMAC.2030
Riscos Naturais e Tecnológicos	o Permite avaliar o contributo do Plano para a adaptação e mitigação das alterações climáticas, assim como para a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos que possam ocorrer no território do PPEC.	QE1; QE2; QE3	população; saúde humana; água; atmosfera; fatores climáticos; bens materiais	PNEC; RNC; ENAAC; PGRI; PMEPC; PMDFCI

QUAIS SÃO AS OPORTUNIDADES E RISCOS DA ALTERAÇÃO DO PLANO?

De seguida apresentam-se análise de oportunidades e riscos por FCD onde se identificam os pontos positivos e negativos da alteração do plano.

Tabela 4 - Análise no âmbito do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Competitividade e Desenvolvimento Regional	Reforço da competitividade do concelho. Reforço da oferta à instalação de empresas.	Acentuada redução populacional, podendo ter efeitos na mão de obra disponível.
Ordenamento do Território	A área do PP tem acautelada toda a infraestruturização de redes (abastecimento, abastecimento de água bruta saneamento, águas pluviais, gás, electricidade).	Necessário garantir o correto encaminhamento e tratamento das águas residuais coletadas. A área do Plano abrange algumas condicionantes, pelo que é necessário ficarem estabelecidas uma série de salvaguardas, específicas para cada condicionante.
Ambiente urbano	Definição de espaços verdes (de enquadramento e proteção). Identificada necessidade de dotar a área do PP de vias cicláveis.	Risco de não promover a mobilidade ciclável caso não se interconectem as pistas cicláveis do PP com acessos seguros de bicicleta à área do Parque Empresarial

Tabela 5 - Análise no âmbito do FCD Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Recursos hídricos	<p>Oportunidade de criar condições para a instalação empresarial, que garanta um elevado padrão de performance ambiental, em particular no que diz respeito aos recursos hídricos.</p> <p>Todos os lotes serão dotados de anéis de infiltração das águas pluviais ou bacias de retenção, para redução dos caudais na rede, promovendo a infiltração da maior quantidade de água possível.</p> <p>O regulamento identifica as tipologias de atividade industrial permitidas, proibindo 1) as atividades abrangidas pelo regime de Licenciamento Ambiental e Unidades de curtumes com operações de ribeira, curtume e recurtume.</p>	<p>Caso não seja acautelado o correto encaminhamento e tratamento das águas residuais existe perigo de contaminação dos recursos hídricos.</p> <p>Caso não exista um correto encaminhamento das águas pluviais, existe risco de inundação e contaminação dos recursos hídricos.</p>
Ar	<p>O regulamento identifica responsabilidades das empresas no âmbito da poluição atmosférica.</p>	
Resíduos	<p>Valorização orgânica dos resíduos é o destino predominante dos resíduos do Concelho.</p> <p>O regulamento estabelece responsabilidades e obrigações relativas aos resíduos sólidos a cada empresa instalada.</p>	
Alterações Climáticas	<p>Existência de Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM Região de Coimbra que estabelece uma série de medidas nos setores: agricultura; alimentação; florestas; áreas naturais e biodiversidade; recursos hídricos; estuários e zonas costeiras; infraestruturas e energia; turismo e saúde humana.</p> <p>Existem no Plano estratégias dedicadas a aumentar a adaptação do território e resiliência às alterações climáticas, nomeadamente: - medidas para otimizar a infiltração de águas pluviais e para reter água (importante na possibilidade de eventos extremos de precipitação).</p> <p>Promoção da utilização de água pluvial, residual tratada e bruta para fins compatíveis (importantes para períodos de seca).</p>	<p>As alterações climáticas apresentam um risco para a área do PP, na medida em que a frequência das vagas de frio e ondas de calor irão aumentar, que irão influenciar a ocorrência de incêndios.</p>

Tabela 6 - Análise no âmbito do FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Critérios	Efeitos Positivos / Oportunidades	Efeitos Negativos / Riscos
Acidentes Industriais	A localização de industriais em parques empresariais/industriais devidamente infraestruturados é uma mais valia em termos de acidentes, quando comparado com a sua localização dispersa no território.	<p>A maior concentração de unidades industriais pode aumentar o risco de acidentes desta natureza, caso não sejam acauteladas as devidas exigências legais.</p> <p>O maior movimento de transporte de matérias decorrente da instalação de mais empresas pode aumentar o risco de acidentes rodoviários envolvendo matérias perigosas.</p>
Incêndio	A localização de industriais em parques empresariais/industriais devidamente infraestruturados é uma mais valia em termos de incêndio, quando comparado com a sua localização dispersa no território com o mesmo nível de perigosidade.	A maior parte da área do Plano desenvolve-se em áreas de perigosidade muito alta.
Inundação	<p>Na área do PP este não é um risco identificado.</p> <p>No plano são acauteladas questões que pretendem contrariar os efeitos da permeabilização do solo nomeadamente a disposição regulamentar que obriga a que todos os lotes tenham de anéis de infiltração das águas pluviais ou bacias de retenção, para redução dos caudais na rede de águas pluviais. Também está prevista uma bacia de retenção de águas pluviais que permita amortecer os caudais em situação de fenómenos extremos de pluviosidade.</p>	<p>Deve ser acautelado o correto encaminhamento das águas pluviais, e a manutenção da permeabilidade do solo para diminuir a ocorrência deste risco.</p> <p>A concretização do PP vai significar a impermeabilização máxima de 60% da área abrangida.</p>

QUAIS SÃO AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO COM E SEM PLANO?

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade.

Tabela 7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.

FCD	Critérios	Situação Existente	Tendência de Evolução sem Plano	Tendência de Evolução com Plano
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Territorial e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional		➔	➤
	Ordenamento do Território		➔	➤
	Ambiente Urbano		➔	➤
Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	Água		➔	➤
	Ar		➔	➤
	Resíduos		➔	➤
	Alterações Climáticas		➔	➤
Riscos Naturais e Tecnológicos	Inundação		➔	➔
	Acidentes industriais		➔	➔
	Incêndio		➔	➤
Situação Existente (distância à situação desejável)	Muito afastada dos objetivos desejáveis	Afastada dos objetivos desejáveis	Próxima dos objetivos desejáveis	
Tendências de evolução	➤	➔	➤	
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva	
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas	

QUAIS SÃO AS DIRETRIZES DE SEGUIMENTO?

- Garantir o correto encaminhamento e tratamento das águas residuais geradas na área do Plano – garantir a concretização atempada da ETAR equacionada fora da área do Plano.
- Nas intervenções de qualificação urbana, promover a construção de estruturas que permitam a acessibilidade, mobilidade ativa e sustentável.
- Promover a intermodalidade.
- Garantir a salvaguarda das condicionantes abrangidas.
- Garantir o correto encaminhamento e tratamento das águas residuais e resíduos urbanos -garantir a concretização atempada da ETAR a construir fora da área do PP.
- Em sede de projeto, garantir o correto dimensionamento da(s) bacia(s) de retenção de modo a prevenir inundações a jusante.
- Promover a manutenção da permeabilidade do solo sempre que tecnicamente possível, e não havendo risco de contaminação do solo e águas.
- Manter o PMDFCI e PMEPC atualizados.
- Manter as faixas de proteção devidamente limpas de biomassa excessiva.
- Garantir a limpeza/desobstrução da rede de águas pluviais e das linhas onde descarrega

QUAIS SÃO AS CONCLUSÕES DA AAE?

O presente documento constitui o resultado da segunda fase do processo de AAE da proposta do Plano Pormenor de C. Soeiro. A caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta

Neste documento identificaram-se três Fatores Críticos de Decisão considerados relevantes para a avaliação da Plano Pormenor de C. Soeiro:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas
- Riscos Naturais e Tecnológicos

A avaliação ambiental estratégica deve “estar integrada no processo de planeamento, não devendo em caso algum ser considerada e conduzida como um procedimento paralelo ou autónomo” (DGOTDU, 2008). Assim, é importante que a equipa técnica responsável pela elaboração do plano atenda aos critérios e indicadores definidos para cada FCD a fim de ser possível considerá-los na escolha das várias alternativas existentes, e assim influenciar da forma mais positiva possível o processo de tomada de decisão.

No que diz respeito ao envolvimento público e institucional, este encontra-se devidamente assegurado e tipificado no regime dos IGT, conforme referenciado no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Os principais eixos de desenvolvimento da proposta de PP evoluem de forma complementar e sinérgica com outras iniciativas de génese local, aparentando possuir potencial para acompanhar de uma forma dinâmica as expectativas de crescimento do concelho.

A proposta de PP desenvolve-se contextualizada num referencial estratégico funcionando como um elemento relevante para a afirmação de uma política de ordenamento do território, desenvolvimento regional e socioeconómico, os quais são essenciais à afirmação da sustentabilidade do concelho.

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a alteração de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo importante para a sustentabilidade do concelho de Penacova.

lugar do plano

gestão do território e cultura, lda

 Avenida Araújo e Silva, 52
3810-048 Aveiro

 +351 234 426 985
+351 962 054 106

 lugardoplano@lugardoplano.pt

 www.lugardoplano.pt